



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO S R P Nº 03/2021

OBJETO: Aquisição de mobiliário corporativo, com distribuição e entrega e montagem no endereço especificado, observando as quantidades e descritivos detalhados, conforme informado no Termo de Referência anexo a este edital.

1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

De acordo com o item 22 do Edital, ***“Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital”***. (Grifo nosso). A data de abertura da sessão está marcada para o dia **14.10.2021**, às 8:30 h.

A empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**, CNPJ: 03.961.467/0001-96 em **07/10/2021, às 17:34 h** - horário de Brasília, enviou para o email: prpa-cpl@mpf.mp.br, constante no Edital licitatório, o seu pedido de impugnação ao referido Edital. Sendo o prazo final para esclarecimentos e impugnações até o dia **08.10.2021 (prazo encerrado)**, considerando o dia 12.10.2021, feriado nacional, portanto, reconhece-se o pedido da empresa acima como **legítimo e tempestivo**.

2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Prezando pela objetividade na resposta ao pedido de impugnação da empresa acima, iremos nos ater ao pedido, as razões e normativos, demais partes, como tabelas, quadros e outras citações estarão disponíveis na Íntegra no portal da transparência da Procuradoria da República no Estado do Pará, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/pa/transparencia/licitacoes/pregoes/2021/licitacao-srp-n-o-03-2021-mobiliario>, para consulta de todos, assim como, a resposta a esta impugnação, além de disponibilizada no aviso do Portal de Compras do Governo Federal, no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

A empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA** pugna pela modificação do Edital da licitação, reproduzo o seu pedido *“em face da constatação de irregularidades na habilitação do referido pregão, frente ao item 53, que é solicitado Divisória com Lousas que são fabricados com fundo em madeira (MDF, Compensado, Eucatex, HDF, Duratex, Aglomerado) e vidro para dar sustentação ao quadro, sem exceção, não existindo outro material para fabricação, ou seja os quadros são confeccionados com matéria prima principal/estrutura a madeira e o vidro, assim como qualquer outro mobiliário confeccionado de madeira e vidro (Mesa, Armário, Porta dentre outros)”*. E continua: *“A madeira e o vidro são as principais matérias primas do quadro, que compõe a sua estrutura, e estão enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, a qual trouxe modificações ao Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, do qual o Pregoeiro deveria solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata, pois o vidro é altamente poluidor do meio ambiente”*. Abaixo o seu requerimento:

1. *“O conhecimento da presente IMPUGNAÇÃO em face de sua legitimidade e tempestividade”;*
2. *“A concessão de efeito suspensivo à presente IMPUGNAÇÃO”;*
3. *“No mérito, a concessão de integral PROVIMENTO à presente IMPUGNAÇÃO, face à total pertinência dos argumentos e fundamentos legais apresentados”;*
4. *“Que em razão do provimento da presente IMPUGNAÇÃO, seja realizada modificação no edital, para inclusão de subitem contendo as seguintes exigências: - Solicitar ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no*



Cadastro Técnico Federal do Ibama, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, readequando o edital a Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, a qual trouxe modificações à Instrução Normativa nº 31, de 3 de dezembro de 2009, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata. Que o Fabricante do produto deverá estar escrito nas corretas categorias do Cadastro Técnico Federal”;

5. *“Solicitar no edital a Capacidade Técnica através da Comprovação de aptidão para fornecimento de bens em características, quantidades e prazos similares ao objeto deste Pregão, que se fará através de apresentação de atestado em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que é de suma importância e assegura a qualidade do produto”.*
6. *“Requer, ainda, a republicação das previsões editalícias, escoimadas dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93”.*
7. *“E, por fim, requer que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer”.*

3. DA ANÁLISE DOS PEDIDOS

Iremos responder de acordo com a numeração dos pedidos da empresa para uma melhor didática e compreensão, podendo em algum momento, caso necessário, mesclar entre respostas que tenham correlação de modo a explicar melhor o questionamento.

Resposta 1: Respondido acima no item 1 (Da tempestividade da impugnação), considerado legítimo e tempestivo.

Resposta 2: Vejamos o que diz o Decreto n.º 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, em seu art. 24, §1º *“A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação”.*

E ainda no §2º *“A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação”.*

De acordo com o normativo acima e verificando os requerimentos feitos pela empresa, conclui-se, não existe um fato no pedido que remeta à concessão de efeito suspensivo, já que essa medida é de trato excepcional.

Resposta 3: No item 4 – Da Decisão do Pregoeiro, no final desse documento estará observada à resposta a essa questão referente ao mérito.

Resposta 4: A Administração Pública deve-se ater aos comandos Constitucionais, as Leis, e as Normas Infralegais, que regem por exemplo, o processo licitatório. Na lei n.º 8.666/1993, no seu art. 27 estão elencadas as áreas com a documentação relativa a análise da habilitação dos licitantes: jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e o cumprimento do disposto.

No art. 3.º Caput e §1.º, inciso I da Lei n.º 8.666/1993 exprimem muito bem a que a licitação se destina e os limites que a Lei traz ao agente público no tocante a sua atuação, reproduzo respectivamente: *“ A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”(grifo nosso).



“§ 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”(grifo nosso).

Exigências habilitatórias além do permitido usurpam o princípio da razoabilidade, cláusulas desnecessárias frustram o caráter competitivo do certame, essas situações vão de encontro aos princípios constitucionais e consequentemente quebram um dos principais e fundamentais dos princípios, o da isonomia. A própria Corte de Contas já se manifestou em diversos Acórdãos sobre isso, como por exemplo, o Acórdão n.º 1973/2020 – Plenário.

Sendo assim, a Administração Pública deve ter a responsabilidade no quesito habilitação, em especial no tocante à exigência de documentos que possam extrapolar e ferir os princípios norteadores do processo licitatório.

Isto posto, passemos a analisar o item que a empresa impugnante solicita que deveria ser cobrado, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido com chave de Autenticação do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar e para isso a empresa cita algumas Leis Federais, Instruções Normativas do Ibama, além de um Parecer de n.º 13/2014 /CPL/DEPCONSU/PGF/AGU.

Cumpre-nos informar que em 2018 o Ibama alterou a IN n.º 06/2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP através de outra IN a n.º 11/2018 (<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0011-130418.pdf>). Vejamos o que diz no art. 10-B dessa Instrução Normativa: “São obrigadas à inscrição no CTF/APP as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental (...)”.

No artigo seguinte 10-C, reproduzo: “Não se aplica a obrigatoriedade prevista no art. 10-B, quando: I - o órgão ambiental competente emitir dispensa de licenciamento ou autorização, com fundamento em normativa estabelecida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e por Conselho Estadual de Meio Ambiente; ou II - o órgão ambiental competente controlar ou fiscalizar atividade por força de legislação exclusivamente distrital, estadual ou municipal, e que não esteja relacionada no Anexo I; III - a pessoa jurídica for proprietária de unidade produtiva de indústria, comércio ou de prestação de serviços arrendada ou locada a terceiros, desde que não exerça quaisquer atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais relacionadas no Anexo I; IV - a pessoa jurídica for contratante de industrialização por encomenda, desde que todas as atividades relacionadas no Anexo I sejam exercidas integralmente por terceiros.” (NR). (grifo nosso)

E para concluir essa parte reproduzo também o artigo 10-D: “Não é obrigado à inscrição no CTF/APP o consórcio de Sociedades Anônimas, a que se referem os arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações.”(grifo nosso)

Diante do que foi colocado acima, verifica-se claramente que a exigência que a empresa impugnante solicita extrapola os limites impostos pela Lei n.º 8.666/1993, no que se refere à exigência de documentação, esse registro com certificado irá restringir sim a competitividade pelo fato de que verificando o **inciso II** acima, por exemplo, uma **empresa** municipal ou estadual, sendo regida pelo órgão ambiental competente do seu Estado ou Município estaria liberada da inscrição no CTF/APP. Caso a Administração Pública exigisse esse documento estaria eliminando toda e qualquer possibilidade de **empresas** nessa situação da **não obrigatoriedade** da inscrição no CTF/APP de participar de qualquer certame licitatório que envolva esse tipo objeto.

No mesmo sentido, podemos observar o **inciso III** acima, uma pessoa jurídica que seja proprietária de **comércio**, desde que não exerça quaisquer atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais estaria também liberada da inscrição no CTF/APP, porém, **esses comércios ficariam impossibilitados também de participar de licitação**, se houvesse essa condição de exigência conforme requer a empresa impugnante.



E devem existir diversas empresas no país que fazem parte dessa situação mencionada nesse inciso.

E por fim, porém não menos importante, o art. 10-D da IN. n.º 11/2018 é claro em afirmar que **Sociedades Anônimas estão desobrigadas** a essa inscrição no CTF/APP, vejamos o subitem 9.8.4. (habilitação jurídica) do Edital dessa Procuradoria: “No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, com as respectivas alterações ou da consolidação respectiva”. A sociedade empresarial é a forma ampla, geral que envolve diversos tipos de sociedades, como por exemplo, sociedade simples, sociedade anônima, sociedade limitada e outras. Essa exigência de certificado que a empresa impugnante solicita, mais uma vez está indo contra os princípios licitatórios, no que tange principalmente, o da competitividade, com isso, **afastando empresas** desse tipo de sociedade a não participarem do certame licitatório.

Vale destacar, a própria **Advocacia Geral da União** estabelece em seus modelos de editais que fica a cargo do Órgão promotor da licitação definir, no caso, enquadrar o objeto contratual como atividade potencialmente poluidora a fim de exigir o Cadastro Técnico Federal (CTF), reproduzo parte da nota explicativa que consta na página 31 do modelo, “**CTF/IBAMA: Cabe ao órgão promotor da licitação verificar o enquadramento do objeto contratual como Atividade Potencialmente Poluidora a fim de exigir o Cadastro Técnico Federal (CTF), nos termos do Anexo VIII da Lei 6.983/81 e do Anexo I da Instrução Normativa n. 06/2013-IBAMA, ou de norma específica (art. 2º, IN 6/2013). Para as hipóteses de serviço de engenharia, a recente Instrução Normativa nº 11, de 13/04/2018, do IBAMA, recontextualizou as exigências relativas à inscrição. Na redação original do Anexo I da IN nº 06/2013, a categoria 22 – Obras Cíveis trazia a subcategoria genérica “22-8 Outras construções”, pressupondo o enquadramento das atividades comuns de construção civil. (Grifo nosso). Segue link : <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/servicos-comuns-de-engenharia-pregao-eletronico>.**”

A AGU também disponibiliza o seu Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 3ª. Edição – abril/2020 que também corrobora nesse mesmo sentido. Segue o mesmo link acima.

Trazendo à baila o **Parecer da AGU n.º 13/2014 que a própria empresa impugnante citou por diversas vezes no seu documento de impugnação**, esclareço que o Parecer desse Órgão não é vinculante e conforme já mencionado acima, a própria AGU em seus modelos editais, orienta e estabelece que o órgão promotor da licitação é que deve decidir se o objeto contratual está abarcado ou não como uma atividade potencialmente poluidora.

Discorrendo um pouco mais nessa esteira do Parecer, vejamos a página 25 do documento na parte final, “**IV – CONCLUSÃO**”. a) **Os critérios e práticas de sustentabilidade serão exigidos por vezes como especificação técnica do objeto (...), devendo ter como princípio a preservação do caráter competitivo do certame;** b) **Não se pode confundir critérios de aceitabilidade da proposta (critérios e práticas de sustentabilidade exigidos como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada) com requisitos de habilitação;** c.1) **Será exigido como critério de aceitabilidade da proposta quando for exigido registro no Cadastro Técnico Federal - CTF do fabricante do produto a ser adquirido ou utilizado na prestação de serviço contratado pela Administração e quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores, comerciantes em geral ou prestadores de serviços que se utilizam desses produtos os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.** c.2) **Será exigido como requisito de habilitação quando o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal - CTF do IBAMA” (grifo nosso).**

Verifica-se portanto nessa conclusão da AGU que, exigir documentação além do permitido que afronta a competitividade, restringe a participação de empresas, não pode ser o objetivo a ser pretendido pela Administração, o TCU em vários posicionamentos, cito como exemplo, o Acórdão n.º 3192/2016 (Relator Marcos Bemquerer) trata dessa questão. Outro Acórdão da Corte de Contas, reproduzo para finalizar: “*Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não*



pode ser exagerado ou absoluto, **sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas**, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)". A restrição e a falta de competitividade leva a essa situação, a Administração Pública perde com isso, pois deixaria de conseguir propostas mais vantajosas de outras empresas que porventura poderiam estar participando do certame, entretanto, pelo fato de restrições, ficariam impossibilitadas e isso o TCU é categórico e enfático no intuito de a Administração Pública perseguir pela **seleção da proposta mais vantajosa**, que está atrelada aos princípios da economicidade e eficiência.

Vale ressaltar, que a licitação presente não objetiva contratar empresa que exerça atividade potencialmente poluidora, este item que será licitado nesse certame, necessariamente é um bem de aquisição para uso e destinação final.

Por fim, coloco o link do site do Ibama que trata das orientações sobre a obrigatoriedade do CTF/APP para participação em licitações públicas: <https://www.ibama.gov.br/notas/1785-orientacoes-sobre-a-obrigatoriedade-do-ctf-app-para-participacao-em-licitacoes-publicas>. O próprio órgão orienta e alerta sobre imposições indevidas, não previstas, que sejam incorporadas ao processo licitatório. Além das fichas técnicas atualizadas sobre o enquadramento das empresas de ser ou não de atividade potencialmente poluidoras que fazem parte também dessas orientações.

Resposta 5: Para esse questionamento da empresa impugnante sobre a exigência de atestado de capacidade técnica para assegurar a qualidade do produto, destaco o que consta no §1.º do art. 32 da Lei n.º 8.666/1993, segue: "A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei **poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.** (grifo nosso). O art. 40, no seu §4.º menciona também essa faculdade, vejamos: "O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:" E Segue: "Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, **poderão ser dispensadas:**(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994). (grifo nosso)

Além do mais, conforme consta no Termo de Referência, subitem 4.3, *na tabela onde consta o item 53, são apenas 03 unidades de divisórias com lousa e não exigimos atestado capacidade técnica para esse item, considerando sua complexidade de execução baixíssima*".

Para encerrar sobre essa questão, cito um Acórdão do TCU n.º 1677/2014 – Plenário, onde é preciso em afirmar que **atestado de capacidade técnica não serve para assegurar qualidade de produto** e sim a capacidade da empresa de entregar o objeto, vejamos um trecho da anotação do Relator, Ministro Augusto Sherman, reproduzo: "(...)Analisando o ponto, após as oitivas regimentais, o relator anotou que a etapa de habilitação tem por objetivo "garantir que a empresa a ser contratada tenha capacidade de entregar o objeto licitado", **razão pela qual os requisitos ali exigidos dizem respeito "à qualidade da licitante, e não do objeto a ser ofertado". Por essa razão, "nenhum dos documentos elencados pela lei refere-se à qualidade do produto ofertado, mas sim à empresa que pretende fornecê-lo". Nesse sentido, segue o relator, a etapa de habilitação "não é a adequada para que se comprove a robustez do produto a ser entregue (...) a demonstração do atendimento do objeto aos termos editalícios deve ser feita na etapa de classificação, não na de habilitação". Nada obstante, considerou o relator que, desde que justificada e motivada, a exigência de laudos técnicos como critério de aferição da qualidade do objeto licitado "não se configuraria como restrição indevida da competitividade" (grifo nosso).**

Resposta 6: A empresa impugnante requer, a republicação das previsões editalícias, escoimadas dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93". A resposta a esse questionamento também estará no **item 4 – Da Decisão do Pregoeiro**.

Resposta 7: A empresa impugnante requer por fim que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à



autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer.

Destaco o que consta no Decreto n.º 10.024/2019 no tocante as atribuições do pregoeiro e da autoridade superior competente.

Do Pregoeiro - Art. 17 Caput e incisos do Decreto: “**Caberá ao pregoeiro, em especial: (...);II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;(…) VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão**”. (grifo nosso)

Autoridade Competente – Art. 13 Caput e inciso do Decreto: “**Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação; IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão**”.(grifo nosso).

Sendo assim, informo que não existe previsão legal para envio à autoridade superior competente em caso de indeferimento de impugnações.

4. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante disso, conheço da impugnação interposta pela empresa Multi Quadros e Vidros Ltda, já que os requisitos de admissibilidade foram respeitados. No mérito, julgo total **improcedência** da impugnação, com isso, permanecendo inalteradas as informações contidas no edital e anexos.

Carlos Ricardo Moura dos Santos

Pregoeiro da PRPA